



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PROCESSO TRT- SOF -237/09

PREGÃO Nº 088/09 - RP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2009 no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região são registrados os preços para o eventual fornecimento de cadeiras, conforme descrição abaixo, celebrado entre o TRT 1ª Região e a empresa abaixo identificada, conforme resultado do Pregão n.º 088/2009 para Sistema de Registro de Preços.

Item 04-POLTRONA GIRATÓRIA operacional espaldar médio, modelo diretor, especificações:

- Assento

Placa de compensado de madeira, com 12 mm de espessura, com formato ergonômico de acordo com o subitem 4.2.4 da Norma NBR 13962 da ABNT, estofado com espuma de poliuretano injetado de alta densidade, moldada anatomicamente, com 60 mm no ponto de menor espessura e densidade mínima de 50 kg/m³. Medidas mínimas: Largura: 480 mm; Profundidade: 460 mm.

- Encosto

Placa de compensado de madeira, com 12 mm de espessura, de formato ergonômico, raio de curvatura definido pelo subitem 3.19 da Norma NBR 13962 da ABNT, estofado com espuma de poliuretano injetado de alta densidade, moldada anatomicamente, com 60 mm no ponto de menor espessura e com densidade mínima de 40 kg/m³. Medidas mínimas: Largura: 460 mm; Altura: 480 mm.

- Revestimento

Em tecido 100% poliéster, tipo crepe, com tratamento anti-chama (fogo retardante), na cor cinza escuro. O fornecedor deverá apresentar catálogo de cores para escolha da tonalidade, a fim de manter-se o padrão adotado no TRT.

- Contraencosto e contra-assento

Capa de proteção de polipropileno injetado, de cor preta, com espessura mínima de 2 mm, com borda, fundida o próprio material, para acabamento e proteção dos estofamentos do encosto e do assento, envolvendo as bordas do compensado.

- Braços

Revestidos com poliuretano injetado (integral skin), com alma de aço, com largura mínima de 5,0 cm.

- Estrutura

Base giratória em aço com espessura mínima de 3 mm, com pintura em epóxi pó, cor preto fosco, aplicada pelo processo de deposição eletrostática, fixada ao assento através de parafusos sextavados e buchas. Coluna reforçada internamente com mola amortecedora de impacto e envolvida com capa telescópica em polipropileno. Com cinco pés em aço, ou alumínio fundido, com proteção em capa de poliuretano ou polipropileno e rodízios duplos de nylon, com capa, com diâmetro de 48 mm.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- Regulagens

Regulagem a gás possibilitando a variação da altura da superfície do assento no intervalo de 400 a 500 mm de distância do piso. Regulagem da altura do encosto através de cremalheira, denteada a cada 15 mm, com curso mínimo de 90 mm, com dispositivo que impeça a retirada total do encosto. Mecanismo acionado por alavanca para regulagem da inclinação do encosto, possibilitando a sua fixação em qualquer posição no intervalo de 5 graus angulares no sentido do assento até 15 graus no sentido oposto (para fora do assento). Os ângulos máximos não poderão comprometer a estabilidade da cadeira.

- Pintura das partes metálicas

Tratamento de todas as partes metálicas por fosfatização, pintura por deposição eletrostática, tinta epóxi preta fosca.

- Observação

Deverão ser obedecidas todas as especificações constantes das normas da ABNT: - NBR-13962 – Móveis Para Escritório - Cadeiras.

Quantidade máxima: 05 (cinco) unidades.

marca: LS MÓVEIS, MODELO ESPECIAL
Preço unitário: R\$ 240,00(duzentos e quarenta reais).
Preço total: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
Empresa Vencedora: LS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. CNPJ: 06.296.528/0001-36 Representante legal: Luciano Figueiredo Felício Id: 8.121.238 SSP/MG Endereço: Av. Abílio Machado, 450 - Jardim Inconfidência Belo Horizonte - MG CEP 30.830-000 Tel.: (31) 3072-0605/3417-5062 E-mail: licitacoes@lsmoveisbh.com.br

CONDIÇÕES GERAIS

1. A existência de preço registrado não obriga o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região a adquirir os itens relacionados nem as quantidades totais indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art.15, § 4º, da Lei 8.666/93, e art. 7º, do Decreto nº 3.931/01;
2. prazo de validade/garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data do aceite homologado na Nota Fiscal pelo setor competente do TRT, após exame quantitativo e qualitativo, conforme art.73, inciso II, alíneas a e b, da Lei 8666/93.
3. O material deverá ser entregue no depósito do TRT 1ª Região, localizado na Rua da Proclamação, 624, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, no horário das 10 às 16 hs, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empeno. A entrega deverá ser agendada pelo telefone (021) 3881-8872.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

4. O recebimento provisório será realizado no ato de entrega dos bens, mediante recibo, não configurando aceite. Executado o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73, inciso I, alíneas "A" e "B", da Lei 8.666/93, após a conferência quantitativa e qualitativa devidamente atestada na Nota Fiscal correspondente não excluindo a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional.

5. O material adquirido deverá ser entregue em embalagens adequadas à sua conservação.

6. Havendo indícios de irregularidades, ou ainda, nos casos em que o produto entregue apresente reiterados vícios ao longo do período de garantia a que alude item 2. Desta Ata, os produtos fornecidos deverão ser substituídos, na sua totalidade, pela empresa fornecedora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

7. O reparo e/ou substituição de unidades defeituosas, durante o prazo de garantia, deverá ser realizado em uma prazo máximo de 15 dias corridos.

8. A empresa ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, ficando ciente de que o ato do recebimento provisório não importará sua aceitação.

9. Salvo exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação definitiva será processado em até de 30 dias úteis, contados da entrega da Nota Fiscal.

10. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação no Diário Oficial da União.

11. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, observado o cronograma de desembolso, na forma prevista no art. 40, inc. XIV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93.

11.1 Nos casos de que trata o § 3º, do art. 5º, da Lei 8.666/93, os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

11.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.3 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.3.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

12. Ficam as empresas cientes de que, quando da ocasião do pagamento, será verificada a situação de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Receita Federal do Brasil.

13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, a taxa de de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, onde:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$I = (6/100)/365$

14. Fica a empresa vencedora ciente da obrigatoriedade de apresentação do Termo de Opção pelo Simples, quando assim couber, no ato da entrega do material, juntamente com a Nota Fiscal, esclarecendo este Tribunal que a não-apresentação do documento em questão, ocasionará o desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

15. O fornecedor terá seu registro de preços cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar a respectiva Nota de Empenho, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) estiverem presentes razões de interesse público.

16. Em sendo cancelado o registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o ato será formalizado por despacho do Diretor-Geral de Coordenação Administrativa.

17. O fornecedor poderá solicitar o seu cancelamento do Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das condições assumidas, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

18. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará sujeito a ser impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520 de 10/07/02, pelo prazo de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa.

19. Incorrerá em multa de mora no percentual de 0,3 % (três décimos por cento) ao dia sobre o valor da compra, no caso de não fornecimento integral do objeto da obrigação, ou sobre a parcela em atraso, no caso de não fornecimento parcial do objeto da obrigação;

20. Este Tribunal poderá rescindir unilateralmente o contrato, se houver atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, hipótese em que a contratada estará sujeita à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, bem como às demais sanções administrativas previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

21. As sanções previstas nos subitens 19 e 20 poderão ser registradas no SICAF (Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores), observando-se o rito estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (antigo MARE), solicitado pelo órgão interno interessado, mediante motivação circunstanciada, e autorizado pelo Diretor-Geral.

22. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, observado o Ato nº 2211/05 da Presidência desta Corte, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo TRT à adjudicatária, ou cobrado judicialmente.

23. É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se o infrator à pena de detenção, de 03 (três) a 06 (seis) anos sem prejuízo das sanções acima elencadas.

24. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

25. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por revogar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

26. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRT deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e convocados outros fornecedores eventualmente registrados para o item negociado.

27. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, podendo convocar os demais fornecedores eventualmente registrados para negociação.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

28. Não havendo êxito nas negociações, o TRT procederá à revogação do item da Ata de Registro de Preços e adotará as medidas para obter contratação mais vantajosa.

29. Os valores registrados serão publicados no Diário Oficial da União, ficando à disposição no sítio (internet) deste Tribunal durante a vigência da Ata, sendo novamente publicados, caso haja revisão dos valores registrados.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2009.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO

EMPRESA VENCEDORA
LS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
CNPJ: 06.296.528/0001-36
Representante legal: Luciano Figueiredo Felício
Id: 8.121.238 SSP/MG